

Colegas!

Abaixo segue nosso Informe nº 66, produzido mensalmente a partir de informações enviadas por vocês.

Contamos com a sua colaboração.

Divulguem para pesquisadores/as da área nosso e-mail:
gthistoriadainfancia@gmail.com

Cordialmente,

Profa. Silvia Maria Fávero Arend (UDESC)

Prof. Humberto da Silva Miranda (UFRPE)

Coordenadores do GT Nacional “História da Infância e da Juventude”- ANPUH-Brasil

Edição do informe: Daniel Alves Boeira

Informe 66 - Outubro 2019

GT História da Infância e da Juventude - ANPUH-Nacional

Eventos - Inscrição

XI Congresso Brasileiro de História do Direito

Local: Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Data: 11 a 14 de novembro de 2019.

Inscrições para os Grupos Temáticos: prorrogadas até **30 de outubro de 2019**.

Grupo Temático - História do Direito e Infância, Adolescência e Juventude

Coordenadores/as: Silvia Maria Fávero Arend (UDESC) - Alan Wruck Garcia Rangel (UERJ).

O Grupo Temático “História do Direito e Infância, Adolescência e Juventude” tem o propósito de congregar pesquisadores e socializar os resultados de pesquisas realizadas em âmbito estadual e nacional. Tem, assim, propósito interdisciplinar, de incitar debate aproximado e fecundo entre História e Direito com o intuito de acentuar convergências, diferenças e especificidades de abordagens. Adequando-se à temática geral do XI Congresso Brasileiro de História do Direito/2019, pretende-se situar o eixo temático na pluralidade das instituições estatais (administrativas e judiciais) nas quais os direitos da criança, adolescente e jovem puderam ser teorizados e/ou praticados, desde o período colonial até a segunda metade do século XX no país. As diversas tensões existentes no processo de formação do Estado podem também ser medidas através da criação, restrição e amputação de direitos e instituições voltadas à categoria jurídica e social do menor, está concebida diferentemente em cada contexto histórico. As trajetórias, experiências e fenômenos jurídicos da infância, adolescência e juventude, perceptíveis em diferentes temporalidades, pelo uso dos mais variados tipos de fontes históricas e histórico-jurídicas, indica o quanto é complexo esse universo. Exemplo desta complexidade é sua vocação à enfoques variados: trabalho infantil, orfandade, sujeito e/ou objeto de políticas legislativas e institucionais (em nível nacional e/ou internacional) e práticas pedagógicas. Espaço, portanto, de interlocução com amplas perspectivas de análise, que visa estabelecer e adensar o diálogo com o debate jurídico nos seus diferentes domínios (constitucional, civil, penal, internacional). É, enfim, neste entrelace de distintas abordagens sobre os direitos da criança, adolescente e jovem, que o grupo temático pretende se consolidar como domínio historiográfico próprio, com suas delimitações

epistemológicas e perspectivas específicas, além de colocar em cena um conjunto de fontes documentais de variada tipologia e riqueza indiscutível para além das fontes jurídicas clássicas – doutrina, legislação e decisão judicial.

Informações: <http://congresso2019.ibhd.org.br/historia-do-direito-e-infancia-adolescencia-e-juventude/>

Seminário Internacional Fazendo Gênero 12: Lugares de Fala: Direitos, Diversidades, Afetos.

Local: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Data: 26 a 31 de julho de 2020

Inscrições para os Simpósios Temáticos: entre 16 de setembro e 29 de outubro de 2019.

ST 101: História, políticas sociais para as infâncias e juventudes e relações de gênero. Coordenadoras/es: Silvia Maria Fávero Arend (UDESC), Isabella Cosse (CONICET).

Este Simpósio Temático objetiva, ao promover o encontro de pesquisadoras/es sobre a temática, reunir resultados de investigações de caráter científico que abordem questões fundamentalmente políticas presentes nesse âmbito de estudos e reflexões. A discussão temática proposta envolve, portanto, a instauração de um conjunto de saberes, políticas sociais e instituições, configurando relações de poder – quase sempre assimétricas – entre adultos e pessoas menores de idade, bem como a outorga pelos Estados nacionais de direitos às crianças, adolescentes e jovens. As reflexões a serem apresentadas deverão caminhar para a ampliação dos horizontes da historiografia. Nesse sentido, será privilegiada a análise das práticas e discursos vigentes nas sociedades durante os processos históricos de introdução e/ou consolidação dos pressupostos políticos e socioculturais emanados do ideário de infância e/ou juventude que tiveram como foco de forma associada os marcadores sociais de gênero e geração. Refletir sobre as inovações existentes nas narrativas históricas acerca de crianças, adolescentes e jovens implica em procurar construir uma perspectiva teórico-metodológica que contemple a interseccionalidade. Nesse debate de cunho epistemológico buscar-se-á descrever as possibilidades e limites da intersecção entre os marcadores sociais de gênero, classe social, geração e etnia. Por fim, serão discutidas as possibilidades de utilização de fontes documentais produzidas para e pelas crianças, adolescentes e jovens. Nessas fontes documentais a ênfase da análise recairá nas visões que abarquem as construções das relações de gênero.

ST 093: Gênero, mídia, infância. Coordenadoras/es: Juliane Odinino (FMP), Juliana Costa Müller (FMP), Gilka Elvira Ponzi Girardello (UFSC).

ST 099: Gêneros, sexualidades em narrativas de/sobre infâncias e juventudes. Coordenadoras/es: Raquel Gonçalves Salgado (UFMT), Leonardo Lemos (UNESP).

ST 103: Infâncias, direitos humanos e violências. Coordenadoras/es: Jessica Daminelli (NEU/CEBRAP), Ana Paula Galdeano Cruz (NEU/CEBRAP), Viviana Santiago da Silva (PLAN INTERNATIONAL BRASIL).

ST 117: Lugar da fala e participação das crianças em pesquisas e processos criativos sobre Infância e Estudos de Gênero. Coordenadoras/es: Rita de Cacia Oenning da Silva (Usina da Imaginação), Regina Ingrid Bragagnolo (UFSC).

ST 124: Meninas vestem rosa? Meninos vestem azul? O que as crianças têm a

nos dizer sobre gênero. Coordenadoras/es: Rodrigo Schiavolin Duarte (UFSCAR), Daniela Finco (UNIFESP).

ST 138: Mulheres, adolescentes e o sistema criminal brasileiro. Coordenadoras/es: Ana Paula Motta Costa (Centro Universitário Ritter dos Reis), Jéssica de Souza Antonio (UFRGS).

Maiores informações: <https://www.fg2020.eventos.dype.com.br/site/capa>

II Encontro dos Grupos de Pesquisa sobre Crianças e Infâncias

Data: 31 de outubro de 2019

Horário: 8h às 17h

Local: Universidade Regional de Blumenau - FURB

Evento Gratuito

Maiores informações: https://doity.com.br/encontro-dos-grupos-de-pesquisa-sobre-criancas-e-infancias-discussoes-teoricas-e-experiencias-pratic?fbclid=IwAR3XeBzsF2H1VqvWZkqC4lusXcEnWW44u_uVdTslXybKiJJNjc8B5bNMQ

Seminário: “Nada para nós, sem nós – 29 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente”

Data: 29 de novembro de 2019.

Local: Salão Nobre, Prédio Central - Universidade Federal Rural de Pernambuco - Campus Dois Irmãos.

Horário: 8h às 17h

Inscrições gratuitas no site:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScWh3onyx7C28QV1dhnDJvJfvuq_N4Q2VJNh6uiJQIXmgldsQ/viewform

Livros

Juventudes em Movimento: experiências, redes e afetos.

Organizado por Veriana de Fátima Rodrigues Colaço, Idilva Maria Pires Germano, Luciana Lobo Miranda et al.

Editora Expressão Gráfica, 2019, 556 p.

Lei em: <https://pospsi.ufc.br/wp-content/uploads/2019/06/livro-vii-jubra-colaco-germano-miranda-e-barros-orgs.pdf#page=67>

Lugares sociais da infância

Organização: Anderson Rafael Lima Silva; Alisson Henrique dos Santos Rossendo; José Almir do Nascimento. 1^a ed. Recife: LAHIN, 2019.

Disponível:

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.escoladeconselhospe.com.br/site/wp-content/uploads/2019/05/Lugares-Sociais-dasInf%C3%A2ncias.pdf&hl=en>

Chamada para capítulo em livro

“Perspectivas para a Formação Profissional e os desafios da educação para

um mundo em mudança”

Abertas as inscrições de textos originais para comporem a coletânea “Perspectivas para a Formação Profissional e os desafios da educação para um mundo em mudança”, organizado pelo Prof. Dr. Eduardo Silveira Netto Nunes e pelo Prof. Dr. Humberto da Silva Miranda, e que será PUBLICADO NO FORMATO E-BOOK, sem custos para os colaboradores, pela Editora do Centro Universitário Sant’Anna (UNISANT’ANNA), por intermédio da Pró-Reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, ao longo do ano de 2020.

ÁREA PROPOSTA: Comunicação e Educação

As mudanças no mundo do trabalho e da produção provocaram e continuam provocando inúmeras mudanças na sociedade contemporânea. Essas mudanças fizeram emergir uma série de novos desafios no âmbito da educação, de modo geral, e da Formação Profissional, de modo especial. Este livro objetiva apresentar um balanço de experiências e reflexões sobre como a área educacional ou da comunicação (educomunicação) está se posicionando para lidar com a formação Profissional e as novidades produtivas, do mercado de trabalho e das novas tecnologias, e de como essa “nova” formação relaciona-se, indissociavelmente, com questões éticas e dos direitos humanos.

PRAZO FINAL PARA ENTREGA DOS ORIGINAIS: 15 DE JANEIRO DE 2020

Maiores informações:

https://drive.google.com/file/d/1XiRodyRcTNFnxMeZsVsD1NFXOyilO8d_/view

Artigos

JARDIM, Silvia Regina Marques; FERNANDES, Zizelda Lima; BERTONI, Luci Mara. **Sociabilidade e Juventude Rural: a festa junina como elemento fortalecedor da cultura juvenil do campo.** Revista GeoNordeste, São Cristóvão, Ano XXX, n. 2, Edição Especial, p. 204-217, jul./dez. 2019.

Leia em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/12262/9240>

PINTO, Camila Moura. **Simpático controle: poder disciplinar na escola.** Ciências Gerenciais em Foco, UEMG Cláudio, v. 10, n. 7, p. 84-104, jan.-jun., 2019.

Leia em: <http://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3820/2249>

VOLTARELLI, Monique Aparecida; NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. **A infância na América Latina: aportes do campo dos Estudos da Infância em Argentina, Brasil e Chile.** Sociedad e Infancias, 3, 2019: 211-235.

Leia em: <https://revistas.ucm.es/index.php/SOCl/article/view/63789/4564456551798>

ALBUQUERQUE, Suzana Lopes de; MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Os Livros Infantojuvenis e as impressões de Graciliano Ramos.** Educação em Debate, Fortaleza, ano 41, nº 79, maio/ago. 2019, p 110-123.

Leia em:

<http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/viewFile/881/476>

Curso

Curso Primeira Infância - Oferta 2019

O Curso Primeira Infância em EAD da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA estará com as inscrições abertas no período do dia **10/10/2019 a 20/10/2019**.

Temáticas abordadas: Desenvolvimento infantil, da gestação aos 06 anos de idade; Importância do Brincar; Planos Nacionais para a Primeira Infância e de Convivência Familiar e Comunitária; marco legal da 1ª infância; Participação e diálogo; Atendimento e articulação intersetorial dos serviços voltados para crianças; Programas e serviços públicos.

Público Alvo: Estudantes e profissionais interessados na área de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes; profissionais do Sistema de Garantia de Direitos.

Período de Realização: 28/10/2019 a 15/12/ 2019

Carga Horária: 60h - Nível: Extensão - Modalidade: a distância - Vagas: 1.300

Certificação: Universidade de Brasília / Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Inscrições por meio do link:

<http://sinase.ceag.unb.br/ensapp/index.php/curso/inscrever/31/1/C>

Mídia

O MENORISMO NOSSO DE CADA DIA

Autoria de Humberto Miranda, publicado em 01/10/2019, na Coluna Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens.

O Código de Menores de 1927 não inaugurou apenas uma legislação específica voltada para crianças e adolescentes que vivenciavam diferentes formas de perigo ou que representava em si um perigo para sociedade da época, ele materializou uma perspectiva de pensar uma “arte de governar as crianças”.

O juiz Mello Mattos que protagonizou a sua produção/promulgação, muitas vezes ainda é lembrado como pai do Código ou o próprio Código, quando o batizam com o seu próprio nome. A legislação surge em 1924, no Rio de Janeiro (antiga Capital Federal) e anos depois é oficialmente adotada em todo território nacional. Oficialmente, reforço, haja vista que em alguns estados o Código só passou a ser colocado em prática a partir da implantação dos juizados de menores.

Leia mais em: https://emporiododireito.com.br/leitura/o-menorismo-nosso-de-cada-dia?fbclid=IwAR2sMdH1e8_9LlH-YKXZ-qpHV_9Q2uHlhbDoVvmGVf5Ve9-PQbiVsljZkE